

**Processo :** 221506-9/21  
**Origem :** INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV  
**Setor :**  
**Natureza :** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO  
**Observação :** REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020

**Senhora Coordenadora-Geral,**

Trata o presente da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO** do **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita (Mesquita Prev)**, relativa ao exercício de **2020**, conforme dados acima registrados.

## **1 – DA ÚLTIMA DECISÃO MONOCRÁTICA**

Em Decisão Monocrática de 02/06/2023, a Conselheira Substituta Andrea Siqueira Martins, assim se manifestou (vide fls. 469/476):

### **DECIDO:**

**I – Pela NOTIFICAÇÃO** dos gestores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita– MesquitaPrev, no exercício de 2020, Sr. Murilo Sanches Rodrigues (01/01 a 16/03/2020) e Sr. Leandro Machado Ferreira (17/03 a 31/12/2020), com fundamento no inciso II do artigo 15 do Regimento Interno desta Corte de Contas, para que, no prazo de **15 (quinze) dias, apresentem razões de defesa** para os fatos apontados abaixo, **alertando-os** para as sanções previstas no artigo 63 da Lei Complementar nº 63/90 e que a ausência de elementos imprescindíveis à análise do presente poderá comprometer o julgamento das Contas:

Quanto aos seguintes Investimentos mantidos pelo Instituto, que são vedados e que figuram na Lista de Aplicações não elegíveis aos RPPS:

- Aquilla Fundo de Investimento Imobiliário – CNPJ: 13.555.918/0001-49;
- W7 Fundo de Investimento em Participações – CNPJ: 15.711.367/0001-90.

**II – Pela COMUNICAÇÃO** ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita– MesquitaPrev, com fundamento no inciso I do artigo 15 do Regimento Interno desta Corte de Contas, para que, no prazo de **15 (quinze) dias, encaminhe os esclarecimentos e documentos abaixo elencados, alertando-o** da sanção prevista no artigo 63, IV da Lei Complementar Estadual nº 63/90:

**Documentos:**

**1) Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras**, conforme **Modelo 2**, abrangendo também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28), bem como os **Quadros I e II**;

**2) Certificado de Auditoria**, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis, com identificação do emissor, contendo sua **categoria profissional** e sua **inscrição no CRC**;

**3) Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial** realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas (31/12/2020), observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;

**4) Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades/impropriedades** encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente;

**Esclarecimentos:**

**5) Esclarecer as medidas adotadas em relação ao apontado no Relatório do Controle Interno**, quanto à falta de atendimento ao disposto no **artigo 12 do Deliberação TCE/RJ nº 277/17, arquivando no órgão** a documentação referente ao setor de **tesouraria**, aos **bens patrimoniais** e aos **bens em almoxarifado**;

6) Quanto à instauração da **Tomada de Contas** mencionada no Relatório do Controle Interno, em decorrência das constatações feitas pelo Conselho Fiscal e seu posicionamento no sentido da irregularidade das contas;

7) Quanto ao fato de o Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior”, de R\$128.514.797,05, não guardar paridade com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, de R\$127.171.001,19, prejudicando o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64;

8) Quanto ao fato de, na Tabela 7, haver uma diferença de R\$204.764,18 entre o Saldo Patrimonial ali apurado e o valor correspondente registrado no Balanço Patrimonial:

**Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido – BP	121.580.560,27
(B) <b>SALDO</b> de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
<b>Diferença (E) = (C) - (D)</b>	<b>-204.764,18</b>

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35 e Balanços Orçamentário e Financeiro – fls. 24/29.

9) Quanto ao recebimento das contribuições objeto do Termo de Parcelamento nº 361/2021, considerando que consta do CADPREV como “não aceito”, embora as parcelas venham sendo pagas, conforme “Acompanhamento de Acordo de Parcelamento”;

10) Quanto à comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período de julho a dezembro de 2020, que a jurisdicionada informa terem sido objeto da Lei nº 1169/2021 e já regularizados.

## 2 – DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

A decisão aludida foi materializada por intermédio dos Ofícios a seguir elencados:

OFÍCIO PRS/SSE/CGC	DESTINATÁRIO	FORMA DE RECEBIMENTO	DATA DE RECEBIMENTO	RESPOSTA
NP 015311/2023	MURILO SANCHES RODRIGUES	MÃO PRÓPRIA	12/06/2023	Doc. nº 16456-9/2023 Doc. nº 17054-4/2023 Doc. nº 17849-7/2023 Doc. nº 19027-5/2023
NP 015312/2023	LEANDRO MACHADO FERREIRA	SICODI	12/06/2023	Doc. nº 14197-1/2023
015313/2023	CATIA DA SILVA FERRAZ	SICODI	12/06/2023	Doc. nº 14197-1/2023 Doc. nº 20176-1/2023

Foram expedidos os certificados de revelia nº 316/23 (fls. 580) e 317/23 (fls. 581), em nome de Murilo Sanches Rodrigues e Leandro Machado Ferreira, respectivamente, dado o atendimento intempestivo à notificação.

## 3 – DO ATENDIMENTO À DECISÃO MONOCRÁTICA

### 3.1 – DA NOTIFICAÇÃO AO SR. MURILO SANCHES RODRIGUES

Quanto aos seguintes Investimentos mantidos pelo Instituto, que são vedados e que figuram na Lista de Aplicações não elegíveis aos RPPS:

- Aquilla Fundo de Investimento Imobiliário – CNPJ: 13.555.918/0001-49;
- W7 Fundo de Investimento em Participações – CNPJ: 15.711.367/0001-90.

## **RAZÕES DE DEFESA: (fls. 643/644).**

*“Esclareço que toda aplicação financeira do Instituto só era efetivada após consulta formal a Crédito & Mercado, nossa consultoria de investimentos (aliás, empresa que presta consultoria a grande maioria dos RPPS), que nos orientava, recomendava e aconselhava a respeito dos produtos e das nuances do mercado financeiro. Ajudava-nos, inclusive, na elaboração da Política Anual de Investimentos. Além disso, ministrava cursos e palestras para os Conselhos, Diretoria Executiva e servidores públicos em geral.*

*Em relação aos fundos em questão, seguindo um planejamento elaborado em conjunto com a Crédito & Mercado (C&M) que priorizava a diversificação dos investimentos do Instituto, solicitamos àquela consultoria, como era praxe, análises desses dois ativos.*

*Conforme V.Sa. poderá constatar, a C&M elaborou relatórios técnicos consistentes (cópias em anexo), não se restringindo apenas aos produtos, mas incluem uma análise detalhada a respeito dos gestores e administradores dos fundos.”*

*(...)*

*“Por último, esclareço a V.Sa. que após os citados fundos passarem a constar na lista de aplicações não elegíveis aos RPPS não pudemos resgatar nossas cotas por se tratar de fundos fechados, ou seja, o resgate só poderá ser feito ao término do prazo de duração dos mesmos.”*

## **ANÁLISE:**

Além dos argumentos apresentados pelo notificado, constam vários relatórios acerca dos fundos em questão. Por meio de tais documentos, verificamos que os referidos fundos não permitiam o resgate das cotas. Constatamos por meio do Balancete Analítico que os investimentos foram feitos em exercícios anteriores. Consultando a prestação de contas referente ao exercício de 2017 (processo TCE-RJ nº 227.279-1/2018), constatamos que no início daquele exercício já havia recursos investidos nos fundos em questão.

## **CONCLUSÃO: acolhimento.**

### **3.2 – DA NOTIFICAÇÃO AO SR. LEANDRO MACHADO FERREIRA**

Quanto aos seguintes Investimentos mantidos pelo Instituto, que são vedados e que figuram na Lista de Aplicações não elegíveis aos RPPS:

- Aquilla Fundo de Investimento Imobiliário – CNPJ: 13.555.918/0001-49;
- W7 Fundo de Investimento em Participações – CNPJ: 15.711.367/0001-90.

---

**RAZÕES DE DEFESA:** (fls. 573).

Insta salientar que tais investimentos foram realizados anteriormente a minha gestão, pelo gestor anterior, e por se tratarem de fundos fechados, em que pese estarem estressados, cabe tão somente o acompanhamento dos mesmos, o que foi realizado em conjunto com a consultoria contratada **CRÉDITO E MERCADO**, no qual nos auxiliou em tal acompanhamento.

Com isso, não possuímos outra saída, a não ser o acompanhamento, não podendo ser desinvestido.

Acostamos neste ato, os pareceres técnicos da consultoria **CRÉDITO E MERCADO** demonstrando todo auxílio no acompanhamento dos investimentos.

**ANÁLISE:**

Tendo em vista que o investimento nos fundos em questão foi feito antes de sua gestão e se tratando de fundos fechados, entendemos que assiste razão ao jurisdicionado.

**CONCLUSÃO:** acolhimento.

### **3.3 – DA COMUNICAÇÃO A SRA. CÁTIA DA SILVA FERRAZ**

*1) Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, conforme Modelo 2, abarcando também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28), bem como os Quadros I e II;*

**RESPOSTA:** (fls. 486/490).

Não consta.

---

**ANÁLISE:**

O demonstrativo não foi enviado.

**CONCLUSÃO:** não atendido

*2) Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis, com identificação do emissor, contendo sua categoria profissional e sua inscrição no CRC;*

**RESPOSTA:** (fls. 486 e 493).

*“Compulsando os autos, verifiquei que o Certificado de Auditoria solicitado já consta nos autos quando do envio das respectivas Contas enviada ao TCE/RJ. A fim de documentar que a solicitação devidamente atendida segue uma cópia do Certificado em anexo.”*

**ANÁLISE:**

O Certificado de Auditoria que já constava dos autos, como alega a jurisdição, foi assinado pelo Sr. Nicola Fabiano Palmieri, Controlador Geral do Município, mas não continha sua categoria profissional nem sua inscrição no CRC (fls. 442), razão de nosso questionamento. A nova cópia do referido documento foi assinada pela Sra. Louise Santos Nunes, Diretora de Auditoria do Controle Interno – PMM, Contadora (conforme consulta ao site do CRC/RJ), CRC/RJ – 124413/O (fls. 493), que certificou a IRREGULARIDADE DAS CONTAS.

**CONCLUSÃO:** atendimento integral

*3) Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas (31/12/2020), observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;*

**RESPOSTA:** (fls. 486 e 494/542).

*“Segue Estudo Atuarial anexo.”*

## ANÁLISE:

Foi apresentado um novo estudo atuarial, com data focal em 31/12/2021, elaborado em 16/05/2022, que não atende ao requerido (ter data base em 31/12/2020). Solicitar, no presente momento, um novo estudo com base em 31/12/2020 – já que este nos parece não ter sido elaborado – seria ineficaz. Entendemos que esta questão deva ser objeto de ressalva/impropriedade quando do julgamento desta prestação de contas, a exemplo da divergência constatada na instrução anterior (Questão Normativa 17.3).

**CONCLUSÃO:** não atendido

4) Declaração do Gestor **informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades/impropriedades** encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente;

**RESPOSTA:** (fls. 486/487).

*“Ao assumir a gestão do Mesquitaprev, em 2021, a atual diretora se deparou com o desafio decorrentes de pos pandemia e pos determinação da EC nº 103/19 ainda não implementada no Município de Mesquita, somada à inúmeras inconsistências decorrentes de PCA junto ao TCE-RJ.*

*Foram regularizados os DAIR, DPIN, Matriz de Saldo Contábil, DRAA, todos estavam em atraso. Igualmente em relação a base de dados cadastrais que implicam em inúmeras inconsistências nos registros contábeis. Para tanto, a atual gestão providenciou o recadastramento de ativos e prova de vida de inativos, em atraso no município.*

*Foram implementadas as normas de aplicabilidade obrigatória decorrentes da EC nº 103/2019 e aberto processos saneadores quanto a pendências junto à Egrégia Corte referente a Exercícios anteriores, como forma também de atender ao **item 06**. Ressalto que este trabalho tem sido priorizado pela signatária, todavia demanda tempo e envolve outras secretarias.*

*Para corroborar com a prioridade acima citada, a PCA/2018 foi aprovada, agora, em 2023, após a atual gestora providenciar o envio de documentos e informações solicitadas pelo TCE-RJ.”*

## ANÁLISE:

A jurisdicionada não enviou o documento solicitado, mas se manifestou acerca das medidas adotadas.

**CONCLUSÃO:** atendimento integral

5) *Esclarecer as medidas adotadas em relação ao apontado no Relatório do Controle Interno, quanto à falta de atendimento ao disposto no **artigo 12 do***



*Deliberação TCE/RJ nº 277/17, arquivando no órgão a documentação referente ao setor de tesouraria, aos bens patrimoniais e aos bens em almoxarifado;*

**RESPOSTA:** (fls. 487).

*“A atual gestão providenciou ,o que assumiu abertura de Processo Administrativo, conforme documento anexo, que detalhadamente descreve o patrimônio, almoxarifado e respectiva precificação para este fim, com guarda e emissão de relatórios de inventário, onde este é realizado anualmente.”*

**ANÁLISE:**

Não consta o mencionado “documento anexo” que comprovaria a alegação da jurisdicionada.

**CONCLUSÃO:** não atendido

*6) Quanto à instauração da **Tomada de Contas** mencionada no Relatório do Controle Interno, em decorrência das constatações feitas pelo Conselho Fiscal e seu posicionamento no sentido da irregularidade das contas;*

**RESPOSTA:** (fls. 486/487).

*“Foram implementadas as normas de aplicabilidade obrigatória decorrentes da EC nº 103/2019 e aberto processos saneadores quanto a pendências junto à Egrégia Corte referente a Exercícios anteriores, como forma também de atender ao **item 06**. Ressalto que este trabalho tem sido priorizado pela signatária, todavia demanda tempo e envolve outras secretarias.”*

**ANÁLISE:**

A jurisdicionada não se manifestou quanto à instauração da Tomada de Contas.

**CONCLUSÃO:** não atendido

*7) Quanto ao fato de o Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior”, de R\$128.514.797,05, não guardar paridade com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, de R\$127.171.001,19, prejudicando o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64;*

**RESPOSTA:** (fls. 487/488, 570/571).

*“É importante evidenciar que o Saldo Patrimonial do citado Demonstrativo Contábil, guarda paridade entre os Exercícios Financeiros de 2020 e 2019. Para comprovar esta afirmação, serão anexados ao presente ofício os Demonstrativos de 2020 e 2019, demonstrando a paridade entre seus saldos.”*

**ANÁLISE:**

A jurisdicionada apresentou, às fls. 570/571, o “Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes” referente aos exercícios de 2019 e 2020, com o objetivo de comprovar a paridade dos registros (R\$ 128.514.797,05). Mas na prestação de contas do exercício anterior (proc. TCE-RJ nº 225.341-3/2020), o Saldo Patrimonial é de R\$ 127.171.001,19. A divergência surge devido aos Restos a Pagar Não Processados, principalmente, sendo de R\$ 2.086.784,75 no demonstrativo da prestação de contas de 2019 e de R\$ 750.786,74 nos novos demonstrativos, e ao Restos a Pagar Processados, sendo de R\$ 1.440.957,61 no demonstrativo da prestação de contas de 2019 e de R\$ 1.433.159,76 nos novos demonstrativos. Consultando o Balanço Financeiro e o Anexo I do Balanço Orçamentário do exercício de 2019, encontramos Restos a Pagar Não Processados de R\$ 749.443,13 e R\$ 1.343,61, respectivamente, corroborando os R\$ 750.786,74. Quanto aos Restos a Pagar Processados, consultando o Balanço Financeiro e o Anexo II do Balanço Orçamentário do exercício de 2019, encontramos R\$ 44.522,44 e R\$ 1.392.636,82, respectivamente, somando R\$ 1.433.159,26.

Desta forma, parece ter ocorrido algum equívoco no “Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes” do Balanço Patrimonial da prestação de contas de 2019, que não foi mencionado pela jurisdicionada, mas justifica a divergência. Entretanto, não é possível simplesmente alterar os dados do demonstrativo, mas se faz necessário um ajuste conforme normas contábeis vigentes.

Entendemos que possa ser objeto de ressalva/impropriedade quando da análise final desta prestação de contas.

**CONCLUSÃO:** atendimento parcial

8) Quanto ao fato de, na Tabela 7, haver uma diferença de R\$204.764,18 entre o Saldo Patrimonial ali apurado e o valor correspondente registrado no Balanço Patrimonial:

**Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido – BP	121.580.560,27
(B) <b>SALDO</b> de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
<b>Diferença (E) = (C) - (D)</b>	<b>-204.764,18</b>

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35 e Balanços Orçamentário e Financeiro – fls. 24/29.

**RESPOSTA:** (fls. 488/489).

“Com relação à diferença apontada por esta Corte de Contas é oportuno evidenciar que, após análise no Quadro Anexo ao Balanço Patrimonial do Exercício de 2020, onde este detalha os Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, identificamos um erro na sua estrutura, com relação ao Passivo Financeiro. Representado pelo montante de R\$ 1.908.292,32. Entretanto, olhando para o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2020, podemos identificar que o **Passivo Circulante remonta na quantia de R\$ 1.654.915,67** detalhando da seguinte forma:

- Pessoal a Pagar: R\$ 1.643.197,51;
  - Encargos Sociais a Pagar: R\$ 6.241,35
  - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: R\$ 5.476,81
- Passivo Circulante: R\$ 1.654.915,67**

Somando o valor do Passivo Circulante (R\$ 1.654.915,67) com o valor dos Restos a Pagar Não Processados (R\$ 458.140,83) **chegamos ao valor de R\$ 2.113.056,50 que corresponde ao Passivo Financeiro do MesquitaPrev** no Exercício de 2020.

Fazendo uma rápida comparação com o valor **correto** do Passivo Financeiro (acima evidenciado) com o valor demonstrado no Anexo Balanço Patrimonial - Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, anexado na Prestação de Contas da época, obtemos a exata diferença de R\$ 204.764,18 (R\$ 2.113.056,50 – R\$ 1.908.292,32) apontada na tabela 7.

Contatamos a empresa responsável pela licença de utilização do software de Contabilidade Pública para que esta faça a devida correção no Anexo do Balanço Patrimonial, a fim de evidenciar o valor correto do resultado patrimonial do Instituto.”

**ANÁLISE:**

A jurisdicionada reitera os valores do Passivo Circulante (R\$ 1.654.915,67) e dos Restos a Pagar não Processados (R\$ 458.140,83), alegando que o valor do Passivo Financeiro é de R\$ 2.113.056,50, estando incorreto o valor de R\$ 1.908.292,32 que consta do demonstrativo. Conforme “Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes”, o Passivo Financeiro é composto por Restos a Pagar não Processados, no valor de R\$ 458.140,83, e Restos a Pagar Processados, no valor de R\$ 1.450.151,49, corroborados pelos registros do Balanço Financeiro e dos anexos I e II do Balanço Orçamentário. A jurisdicionada informa que solicitou à empresa

responsável pelo software de Contabilidade Pública a devida correção. Entendemos que a questão possa estar relacionada à parametrização do sistema, devendo ser **considerada quando do julgamento da presente prestação de contas.**

**CONCLUSÃO:** atendimento parcial

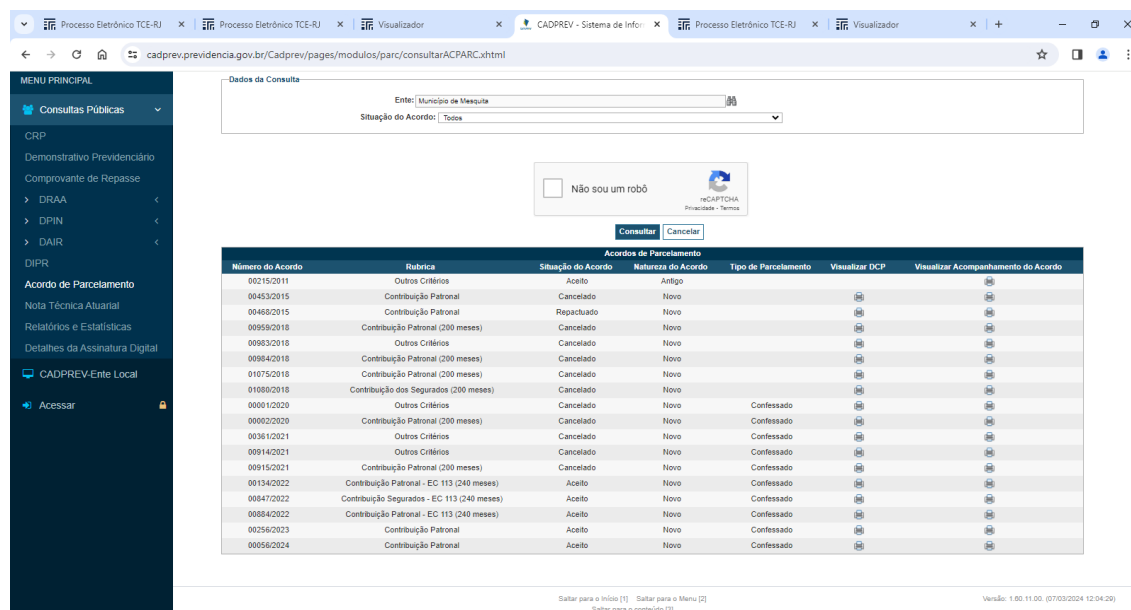
9) Quanto ao recebimento das contribuições objeto do Termo de Parcelamento nº 361/2021, considerando que consta do CADPREV como “não aceito”, embora as parcelas venham sendo pagas, conforme “Acompanhamento de Acordo de Parcelamento”;

**RESPOSTA:** (fls. 489/490; 648/649).

*“Esclareço que o termo “não aceito” decorre de DIPRs a serem retificados e, ainda não o foram em razão de recorrente inoperância do sistema operacional CADPREV. Fato este publicado pela própria Secretaria de Previdência. Para evitar prejuízo ao RPPS, evitar irregularidade e assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial, as parcelas estão sendo devidamente pagas, conforme comprovam documentos anexos.”*

**ANÁLISE:**


A jurisdicionada alega inoperância do sistema CADPREV para justificar a situação do acordo de parcelamento e que as parcelas continuaram sendo pagas para evitar prejuízo ao RPPS. Constatamos que atualmente o Termo de Parcelamento nº 361/2021 consta como “cancelado”.



The screenshot displays the CADPREV system interface. On the left is a sidebar menu with options like 'Consultas Públicas', 'CRP', 'Demonstrativo Previdenciário', 'Comprovante de Repasse', 'DRAA', 'DPIN', 'DAIR', 'DIPR', 'Acordo de Parcelamento', 'Nota Técnica Atual', 'Relatórios e Estatísticas', 'Detalhes da Assinatura Digital', 'CADPREV-Ente Local', and 'Acessar'. The main area shows a search filter for 'Município de Mesquita' and a table of payment agreements.

Número do Acordo	Rubrica	Situação do Acordo	Natureza do Acordo	Tipo de Parcelamento	Visualizar DCP	Visualizar Acompanhamento do Acordo
00215/2011	Outros Critérios	Aceito	Antigo			
00453/2015	Contribuição Patronal	Cancelado	Novo			
00468/2015	Contribuição Patronal	Repactuado	Novo			
00959/2018	Contribuição Patronal (200 meses)	Cancelado	Novo			
00963/2018	Outros Critérios	Cancelado	Novo			
00964/2018	Contribuição Patronal (200 meses)	Cancelado	Novo			
01075/2018	Contribuição Patronal (200 meses)	Cancelado	Novo			
01689/2018	Contribuição dos Segurados (200 meses)	Cancelado	Novo			
00010/2020	Outros Critérios	Cancelado	Novo	Confessado		
00002/2020	Contribuição Patronal (200 meses)	Cancelado	Novo	Confessado		
00361/2021	Outros Critérios	Cancelado	Novo	Confessado		
00914/2021	Outros Critérios	Cancelado	Novo	Confessado		
00915/2021	Contribuição Patronal (200 meses)	Cancelado	Novo	Confessado		
00134/2022	Contribuição Patronal - EC 113 (240 meses)	Aceito	Novo	Confessado		
00447/2022	Contribuição Segurados - EC 113 (240 meses)	Aceito	Novo	Confessado		
00884/2022	Contribuição Patronal - EC 113 (240 meses)	Aceito	Novo	Confessado		
00256/2023	Contribuição Patronal	Aceito	Novo	Confessado		
00056/2024	Contribuição Patronal	Aceito	Novo	Confessado		

Por outro lado, observamos que o Termo de Parcelamento nº 884/2022 foi aceito e nos parece englobar período e valores referentes ao termo cancelado, o que encontraria respaldo na Lei Municipal nº 1194/2022 e é alegado pela jurisdicionada às fls. 648. Consideramos o item atendido.

			
<b>DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP</b>			
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO</b>			
CNPJ: 04.132.090/0001-25	Número do acordo: 00884/2022	Data de consolidação do	30/06/2022
Ente: Prefeitura Municipal de Mesquita / RJ		Data de assinatura do Termo:	01/07/2022
Título TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO 05/2015 À 12/2020		Data de vencimento da 1ª	29/07/2022
Lei autorizativa do	LEI Nº 1194 DE 04 DE MAIO DE 2022		
<b>2. RESULTADO DA RUBRICA</b>			
Rubrica: Contribuição Patronal - EC 113 (240 meses)			
Competência Inicial: 05/2015	Final: 12/2020	Quantidade de Parcelas:	240
Diferença 32.459.581,94	Diferença apurada	50.429.740,09	
Valor da parcela na data de	210.123,92		
<b>Críticos de atualização para consolidação do</b>			
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,40 am	Tipo de juros: Simples	Multa: 0,20 %
<b>Críticos de atualização das parcelas</b>			
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,40 am	Tipo de juros: Simples	
<b>Críticos de atualização das parcelas</b>			
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,40 am	Tipo de juros: Simples	Multa: 0,20 %

Lei Municipal nº 1194/2022:

**Art. 1º** - Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Mesquita com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, gerido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo e de outros débitos não decorrentes de contribuição previdenciária junto ao RPPS com vencimento até 31 de outubro de 2021.

**§ 1º** Fica autorizado, nos moldes do caput deste artigo, o parcelamento de débitos ainda que em fase de execução fiscal ajuizada, inclusive os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias e os parcelados anteriormente. **(CAPUT, ART 116 EC 113/21)**

**CONCLUSÃO:** atendimento integral

**10)** Quanto à comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período de julho a dezembro de 2020, que a jurisdicionada informa terem sido objeto da Lei nº 1169/2021 e já regularizados.

**RESPOSTA:** (fls. 553/554).

A jurisdicionada não se pronunciou especificamente sobre este item, mas enviou uma planilha listando as contribuições e os valores repassados, com as respectivas datas.

## ANÁLISE:

De acordo com a planilha enviada, todas as contribuições foram repassadas durante os exercícios de 2022 e 2023. Entretanto, não constam demonstrativos contábeis que comprovem esses repasses.

**CONCLUSÃO:** atendimento parcial

## 4 - PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, SUGERIMOS:

**I – ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE DEFESA** apresentadas pelo Sr. **Murilo Sanches Rodrigues** e pelo Sr. **Leandro Machado Ferreira**;

**II – CANCELAMENTO DA REVELIA** imposta ao Sr. **Murilo Sanches Rodrigues** e ao Sr. **Leandro Machado Ferreira**;

**III – NOTIFICAÇÃO** a Sra. **Cátia da Silva Ferraz**, atual Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita, nos moldes do inciso II do artigo 15 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 338/2023, para que apresente razões de defesa acerca da falta de atendimento integral da decisão de 02/06/2023, sem prejuízo do encaminhamento dos seguintes documentos e esclarecimentos:

### **Documentos:**

1) **Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras**, conforme **Modelo 2**, abrangendo também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28), bem como os **Quadros I e II**;

---

**Esclarecimentos:**

2) Esclarecer as medidas adotadas em relação ao apontado no Relatório do Controle Interno, quanto à falta de atendimento ao disposto no **artigo 12 do Deliberação TCE/RJ nº 277/17, arquivando no órgão** a documentação referente ao setor de **tesouraria**, aos **bens patrimoniais** e aos **bens em almoxarifado**;

3) Quanto à instauração da **Tomada de Contas** mencionada no Relatório do Controle Interno, em decorrência das constatações feitas pelo Conselho Fiscal e seu posicionamento no sentido da irregularidade das contas;

4) Quanto à comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período de julho a dezembro de 2020, que a jurisdicionada informa terem sido objeto da Lei nº 1169/2021 e já regularizados.

**IV – COMUNICAÇÃO** ao Sr. **Murilo Sanches Rodrigues** e ao Sr. **Leandro Machado Ferreira**, gestores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita no exercício de 2020, nos moldes do inciso I do artigo 15 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 338/2023, para que tomem ciência da decisão a ser prolatada por este Tribunal, **alertando-os** de que a ausência de elementos imprescindíveis à análise do presente poderá comprometer o julgamento das Contas.

**CAC-GESTÃO, 21/03/2024**

**FABIO DE CARVALHO VIDIGAL**  
**Analista - Área de Controle Externo**  
**Matrícula 02/003437**

---

**Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,**

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

**CAC-GESTÃO, 21/03/2024**

**FLAVIA EYER MENEZES**  
Coordenadora-Geral  
Matrícula 02/003647

**DE ACORDO.**

À consideração do Colendo Tribunal, ouvido previamente o **DOUTO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCE-RJ.**

**SUB-CONTAS, 21/03/2024**

**DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA**  
Subsecretário-Adjunto  
Matrícula 02/004310